



## **As relações civis militares no Brasil: Como a ciência se corrompe pela Política**

Por Guilherme de Araújo Grigoli \*

**O Soldado e o Estado** de Samuel Huntington e *O soldado profissional: estudo social e político* de Morris Janowitz são obras seminais para todos aqueles que se dedicam ao estudo das Relações Civis Militares. Não obstante a necessidade do profundo conhecimento destes, a compreensão de que as relações entre militares e civis têm se modificado com o passar do tempo e o aprofundamento do conhecimento mútuo, por vezes parece ser uma realidade afastada quando pensamos a questão na América Latina, e particularmente no Brasil.

Enquanto teóricos e pesquisadores na Europa procuram entender a nova relação entre estes grupos com objetivo de compreender como o equilíbrio dos papéis é fundamental à construção conjunta de um empreendimento voltado aos objetivos nacionais dos estados e ao fortalecimento da identidade democrática da sociedade; pesquisadores da América Latina e estrangeiros que estudam a mesma parecem insistir em discutir esta relação sob a perspectiva da oposição e do controle, retornando a pautas sob um olhar obtuso de antítese entre os grupos, promovendo a necessidade do fortalecimento do controle civil sobre o militar, como se o segundo fosse a ameaça constante ao Estado Democrático.

Internacionalistas dotados de uma miopia teórica apelam a pesquisas segregadoras que persistem na ideia de que a diplomacia é um nicho que deve permanecer sob a égide dos diplomatas, abrindo mão dos efeitos e resultados que outras paradiplomacias como a militar podem trazer. Na contramão desta visão, servidores do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, militares ou não, se aproximam para construir uma Política Externa forte sustentada pelo benefício deste elo.

Politólogos partidários conduzem estudos que insistem na tentativa de desconstrução da participação militar nos processos decisórios. Reforçam errôneas interpretações de conceitos como *Sociedade Civil*, afastando-os de sua origem como colocada por Maquiavel ou mesmo Adam Ferguson, na tentativa de criar uma dicotomia entre os militares e o restante do povo, omitindo que as Forças Armadas são um extrato da sociedade e seus integrantes plenamente inseridos nos desejos e anseios de progresso da mesma. A sociedade é uma, não há uma sociedade civil e outra militar, há sim uma construção teórico-científica que insiste em segregar civis e militares. Sim, o Estado se separa da sociedade e as FFAA como instituição compõem o Estado, mas seus integrantes são, individualmente, parte indivisível da sociedade a que pertencem.

Militares de pensamento retrógrado não compreendem que a construção de uma nação passa pela incontestável criação de

mecanismos de aproximação, que tragam à defesa e a segurança à patamares que promovam discussão, e mais do que isso, ação por parte de todo o complexo sistema estatal e privado na formulação de políticas abrangentes que utilizem todos os mecanismos de uma nação para permitir a construção de um Estado soberano e alinhado com a busca de seus objetivos nacionais.

---

**Não há mais espaço para questionar a estrutura das Forças Armadas, sem promover um amplo debate com a sociedade. E ao conceito de sociedade entende-se, não a parcela qualificada que se entende apta à discussão, e sim todos seus estratos, através dos instrumentos constitucionais existentes para este fim.**

---

Não há mais espaço para a construção de pseudociência cujo objetivo é mergulhar o país na discussão política e personalista. As políticas públicas não podem ser definidas por profissionais de qualquer área, civis ou militares, obcecados pela reedição da luta de classes, não mais opondo patrões e empregados e sim tentando criar novos adversários, tal como fazem determinados pesquisadores insistindo que militares e civis devam enxergar uns aos outros com temor.

Não há mais espaço para se julgar um cidadão por sua condição de militar ou civil quando da ocupação de um cargo técnico público. Promove-se um falseamento das capacidades individuais sob a alegação retrógrada e rasa de que o mesmo é “militar” tornando, muitas vezes ao senso comum, obscura a formação profissional do mesmo. O que a sociedade deve esperar é que seus líderes sejam os mais capacitados para conduzir o debate e as ações públicas, vestir farda, jaleco ou toga não pode nem deve ser um fator que impeça o mais qualificado a exercer tal papel.

Não há mais espaço para pensar a reformulação de estruturas públicas com olhar discriminatório. Devemos repensar nossa estrutura pública? Sim, sempre. Este é o papel dos representantes eleitos e de toda a sociedade. O que não deve ser feito é questionar um sistema, obturando o olhar para estruturas semelhantes, somente baseado na efêmera justificativa de que a questão não se refere ao todo e sim aos militares. Rediscutir sistemas judiciários especializados é plenamente viável, então que o façamos a todos os existentes, a Justiça Militar, a Justiça do Trabalho e a Eleitoral, pois o marco de criação de cada uma espelha um processo de necessidade e

viabilidade. Pregar o fim da Justiça Militar sem ao menos questionar outras “justiças de exceção”, sem ao menos debater profundamente a razão de sua concepção, é no mínimo desqualificar todo o debate constituinte que manteve e disciplinou a mesma na Carta Magna de 1988.

Não há mais espaço para questionar a estrutura das Forças Armadas, sem promover um amplo debate com a sociedade. E ao conceito de sociedade entende-se, não a parcela qualificada que se entende apta à discussão, e sim todos seus estratos, através dos instrumentos constitucionais existentes para este fim; ou seja, referendos e plebiscitos, respeitando profundamente a vontade popular. Insistir em temas como o serviço militar obrigatório, desconsiderando que, atualmente, as organizações militares dispõem voluntários por não possuírem cargos suficientes e sem considerar políticas de mobilização nacional é, no mínimo, pregar proselitismo de ideias, relegando as necessidades nacionais a visões pessoais.

Por fim não há mais espaço no debate científico para construções de arquétipos de grupos; políticas públicas necessitam de um profundo conhecimento institucional, civis e militares devem buscar encontrar meios de potencializar suas capacidades, abrindo as portas de suas instituições à discussão, com objetivo de construir uma política de defesa abrangente, inclusiva e direcionada para o fortalecimento nacional. Planejar baseado nas capacidades que cada setor pode agregar ao fim comum. Fora isso, estaremos parados na discussão, revivendo e revigorando uma dicotomia que só existe no pensamento de quem a promove. Reeditando na posição de inimigo aquele a quem deveríamos nos associar em prol da democracia e da soberania nacional.

---

**Nota do autor:** *Esta análise refere-se ao entendimento pessoal do autor, expressando visões e opiniões próprias sobre o tema, as quais são independentes do posicionamento de quaisquer instituições e/ou instâncias às quais o autor esteja formalmente vinculado ou informalmente associado.*

---

\* Guilherme de Araújo Grigoli  
Curso de Comando e Estado Maior  
Doutorando em Ciências Militares  
[guigrigoli@gmail.com](mailto:guigrigoli@gmail.com)  
Vinculação ao NEEDS: OUT/2019